

# Mais NCz\$ 1 bilhão em gastos no orçamento

A Comissão Mista do Orçamento do Congresso criou, na noite de terça-feira, despesas adicionais de US\$ 910 milhões, para atender às emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto do Orçamento Geral da União (OGU) para 1990. Com o voto contrário de apenas sete parlamentares do PSDB e do PT, a Comissão aprovou às dez da noite, depois de discuti-lo desde a segunda-feira à noite, o relatório preliminar do relator do OGU-90, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

O relatório de Tinoco cria uma "programação especial" dentro do orçamento, no valor de NCz\$ 1 bilhão (a preços de maio, equivalentes a US\$ 910 milhões), reunindo despesas que seriam cobertas com o eventual "excesso de arrecadação" do Tesouro no ano que vem. "É inconstitucional, porque a carta constitucional proíbe a fixação de despesas sem as receitas correspondentes", acusou o deputado José Serra (PSDB-SP), durante a discussão.

"É uma decisão política da comissão porque o Congresso é uma casa política", respondeu o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), em apoio a Tinoco. A "programação especial" foi a saída que o relator encontrou para atender a pelo menos uma parte das quase onze mil emendas apresentadas pelos parlamentares, destinando recursos para obras em seus estados e municípios, ou reforçando dotações de órgãos e programas de governo. O problema é que este é o orçamento mais apertado dos últimos anos, segundo assessores da Comissão. "Não há o que cortar nele", diz um assessor.

Diante dessa escassez, o relator lançou mão do "excesso de arrecadação", que seria deixado pelo processo de correção monetária do orçamento, previsto na proposta do Executivo. Pela proposta, todas as dotações serão corrigidas mês a mês pela variação real da receita tributária, ou pelo índice de inflação — o que for menor. Se a correção for feita pelo índice, será aplicado um redutor, que começa em 10%, e reduz-se progressivamente até desaparecer no final do ano.

Dessa forma, a diferença entre a receita nominal e a despesa corrigida abaixo da inflação criaria uma folga no Orçamento, para permitir uma revisão geral no meio do ano, já de acordo com as prioridades do novo governo.

O relatório de Tinoco aumenta o redutor para 20%, aumentando a folga, e distribui desde já esse "bolo", segundo prioridades que privilegiam o sistema Eletrobrás, o MEC, o DNER, o Ministério da Saúde e as obras contra as secas. "É um gasto que só ocorrerá se houver efetivamente o excesso", defende-se Tinoco.

"É um recurso fictício", rebate Serra. "Só podemos remanejar receitas reais, não algo que se espera que aconteça." Para o deputado César Maia (PDT-RJ), a programação especial é apenas um recurso para "enrolar as bases".

"É para o parlamentar dizer que tentou, e conseguiu incluir a despesa no orçamento, mas o recurso real não existirá nunca", diz Maia.



O relator Tinoco (à dir.) acobertou-se num eventual "excesso de arrecadação"